

A UNIFORMIZAÇÃO NAS REVISTAS BIO-MÉDICAS

É certo e sabido que as numerosas revistas de medicina e biologia em publicação por esse mundo fora têm um cariz por vezes muito diferente de revista para revista. Independentemente do carácter genérico ou da especialização peculiar, cada periódico segue, na sua factura, regras de conteúdo e forma ditadas a bel prazer pelos grupos editoriais que as dirigem. Formatos, cores, secções, paginação, caracteres tipográficos, ilustrações, tabelas, resenhas bibliográficas, anúncios e outros pormenores que dão vulto a qualquer revista oferecem-se ao público leitor como produtos variegados da imaginação do editor. Porém onde a diversidade se torna mais patente e mais perigosa é na qualidade, ou melhor, nos requisitos mínimos a que devem obedecer os artigos apresentados para publicação. Não é segredo para ninguém que um dado escrito, por mais insignificante e eivado de defeitos que se apresente, depois de percorrer muitas redacções e ver cerradas as portas à sua publicação nas revistas mais cotadas, encontra sempre um periódico que o acolha e o ponha em letra de forma. Tal estado de coisas, que roça pelo caótico, não favorece o fim único que deve nortear toda a publicação médica: a correcta divulgação de trabalhos originais que contribuam para o progresso da ciência.

É já lugar comum afirmar-se que se escreve demasiado e que há verdadeira inflação de revistas médicas. Muito do que se publica não é mais do que repetição ou, duma forma sofisticada, revisão, que nada contém de original. Os espíritos mais críticos vão ao ponto de exigir a lanterna de Diógenes para descortinar uma ideia nova nos milhares de páginas rabiscadas e impressas nas mais diversas publicações em todo o mundo. Não vá o censor tão longe que não reconheça haver necessidade de, a par da divulgação dos factos novos, se cumprir uma função pedagógica elaborando de quando em quando o balanço da ciência feita. Uma mesma revista pode, a um tempo, desempenhar o duplo papel de repositório de ideias originais e boletim de revisões de conjunto e todos sabemos como muitos jornais médicos de nomeada adoptaram esta orientação com reconhecida proficiência.

Se esta é a verdade dos factos, ela traz como consequência, da parte do autor potencial, a perplexidade ao escolher a revista em que irá publicar o seu original, da parte do editor, a hesitação sobre qual deva ser a bitola para a escolha dos artigos a inserir na sua revista e, da parte do leitor, a dúvida sobre o periódico que mais lhe convém assinar para actualização dos seus conhecimentos.

No sentido de minorar tais angústias, os autores procuram informar-se pela leitura das várias revistas e sobretudo pelo estudo atento das normas de publicação que a maioria delas adopta e divulga e esforçam-se por adaptar os seus manuscritos às exigências do editor e à qualidade da revista que escolheram. Por seu turno, o editor vai aperfeiçoando, no decorrer dos tempos, as regras que julga mais adequadas à melhoria do quilate da sua publicação e rodeia-se dum grupo de consultores científicos de merecimento que as façam respeitar com a maior firmeza. Finalmente, o leitor aplica quanto pode o seu juízo crítico na escolha das revistas que mais lhe interessam e socorre-se fundamentalmente do conselho de jornais de indexação e resumo, como o *Index Medicus* ou a *Excerpta Medica*, que o habilitem a procurar o material mais apropriado ao seu estudo contínuo.

Não escaparam à argúcia dos principais editores de revistas médicas as dificuldades que enunciámos e muitas outras que estão longe da sua extinção. Nessa conformidade se agremiou boa parte dos responsáveis pela confecção de jornais de medicina para

instituir uma Comissão Internacional de Orientação dos Editores de Revistas Médicas (*International Steering Committee of Medical Editors*) cujas finalidades essenciais são as de melhorar e uniformizar quanto possível os preceitos que regem a correcta publicação duma gazeta.

Porém, nem tudo se pode uniformizar e até é discutível que se deva reduzir a um figurino padrão toda a matéria médica publicável. No entanto, que ao menos se regularize a forma de preparar e apresentar os manuscritos, tal é o anseio comum de autores, editores e leitores. E foi assim, num compromisso de bom senso, que a Comissão acima mencionada, após a sua primeira reunião, em Janeiro de 1978, produziu o já clássico documento de Vancouver que propõe um estilo uniforme para os manuscritos candidatos a publicação nos jornais bio-médicos.

Esse compromisso, a que já aderiram numerosas revistas médicas, foi agora revisto em Fevereiro de 1979 e tomou a forma por assim dizer definitiva, que veio publicada no jornal porta-voz da Comissão, o *British Medical Journal*. É a tradução portuguesa destes requisitos que a nossa revista publica no presente número (pág. 415), com a devida aquiescência do jornal inglês referido. Tão depressa quanto possível as regras enumeradas serão adoptadas integralmente pela *Acta Médica Portuguesa*, esperando que os benefícios deste convénio se vão estendendo pouco a pouco a toda a imprensa médica.

J. Cândido de Oliveira